



045ª CEDECONDH 17DEZ2024

Pauta: Direitos Humanos e Conselhos Populares.

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (REPUBLICANOS): (14h06min) Boa tarde a todos, que Deus abençoe. Estão abertos os trabalhos da presente reunião da Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana – CEDECONDH. À direita, temos o Ver. Adeli Sell e o Ver. Pedro Ruas, nosso decano e proponente desta pauta. À esquerda, está a nossa amiga, Ver.^a Biga Pereira. Quero me autodescrever. (Procede à autodescrição.) Quero dizer que estamos encerrando este ano e, aproveitando, também quero informar que estou encerrando o meu mandato. Em 2025, terá outro em meu lugar. Espero que o trabalho continue, pois acredito que vai continuar o trabalho que nós vínhamos fazendo em prol de Porto Alegre, em prol das pessoas, pois é esse o papel, né, Adeli? O papel do vereador é, exatamente, Pedro Ruas e Biga, dar assistência, cuidar das pessoas, atender a população nas demandas, naquilo que nós podemos atender. O que a gente não pode, a gente dá um jeito, a gente vai atrás, a gente não desiste, porque sabemos da importância de ter, aqui na Câmara de Vereadores, a voz das pessoas que nos procuram, batem à nossa porta e pedem a nossa ajuda. Muitas vezes, situações que a gente fica com o coração na mão, situações que, muitas vezes, nós vemos a dificuldade de conseguir atendê-las, mas a gente dá um jeito, a gente corre atrás.

Então, quero parabenizar o nosso decano, o nosso Ver. Pedro Ruas, com esta última pauta importante, fundamental para se tratar de situações que a cidade precisa. A cidade precisa realmente desse olhar de acessibilidade; precisa que Porto Alegre venha a crescer humanamente falando, porque a gente vê que a cidade precisa disso. A cidade está crescendo, mas parece que ainda estamos andando para trás. Deveríamos estar bem à frente, por ser uma das capitais do Brasil, atuante em todos os sentidos, mas ainda falta muita coisa para que a cidade funcione do jeito que deveria para todas as pessoas. Para que todas as pessoas possam ter o direito de ir e vir, sem ter nenhum tipo de barreira impedindo-as de chegar onde querem ir. Esse é o direito de cada ser humano. Então, é uma alegria muito grande estar junto com todos vocês. Daqui a um pouquinho, vocês me perdoem, vou ter que sair, pois tenho um compromisso. Já deixo aqui um grande abraço a todos e, se precisarem de mim, mesmo eu não estando na Câmara de Vereadores, meu telefone é o mesmo, não troquei: 99157-4293. Se precisarem de mim, é só dar um grito que a gente dá um jeito, né, Pedro Ruas? Se eu não conseguir arrumar, ajeitar, ou dar um jeito, passo para o Pedro Ruas e ele vai em frente. Tá bom? Um abraço querido, Deus abençoe. Passo agora para o nosso Ver. Pedro Ruas, que é o responsável pela pauta, e ele vai, então, convidar as pessoas que estão aí para se unir conosco à Mesa. Deus abençoe. Obrigado.

(O Ver. Pedro Ruas assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Muito obrigado, presidente Alvoní Medina. Jair Krischke, Kerly Ferro, eu digo sempre o seguinte: aprendi com o doutor Brizola que eleição faz tudo, menos justiça. Então, se quiser justiça, procure os tribunais, meu caro Bruno.

Nós não teremos, no ano que vem, Adeli Sell, Alvoní Medina e a Biga Pereira, que estão aqui, exatamente três dos melhores vereadores que esta Casa já teve em várias funções. Então, eu só quero registrar a minha inconformidade com isso e lamentar que essas coisas sejam assim. E também, já falo de novo no

Ver. Adeli Sell, no presidente Alvoní Medina e na Ver.^a Biga, que nos dão o quórum, e eu agradeço a presença e o trabalho que sempre fizeram aqui.

Já começo compondo a Mesa. Nós estamos com transmissão pela TVCâmara, então, já está compondo a Mesa o Sr. Jair Krischke, presidente do Movimento de Justiça e Direitos Humanos. Quero chamar a Sra. Márcia Leão, nossa querida presidente do Conselho Municipal dos Direitos Humanos. Quero chamar também a Sra. Inara Beatriz Amaral Ruas, que preside o Conselho Estadual de Saúde. Acho que o Jair não sabe, Inara é minha irmã. Minha irmã, companheira Inara Ruas. Bem-vinda, Inara. Obrigado. O Sr. Júlio Picon Alt, presidente do Conselho Estadual dos Direitos Humanos. A Sra. Pitty Barbosa, presidente do Conselho Estadual LGBT; Dr. Daniel Mourgues Cogoy, pela Defensoria Pública de Direitos Humanos da União. O Duarte eu já referi, o Rubens está ali também, mas estamos fazendo as representações, pessoal, e já explico mais alguma coisa aqui. Vocês sabem que nós temos que considerar tudo isso aqui uma Mesa, porque não é simples nós termos uma composição. Eu quero chamar... Antes de chamar, quero corrigir um erro meu, eu não me descrevi. Eu tenho cabelo branco, pouco cabelo e é branco, eu não sou da família do Alvoní, que tem o cabelo pretinho, eu sou o Ruas, cabelo branco, barba branca, óculos, camisa azul, suspensório, obviamente, gravata preta, e quero chamar para a Mesa a Giselle. A Giselle é presidente do Conselho Municipal das Pessoas com Deficiência – Comdepa. A Renata Gabert de Souza, eu chamo de Renatinha, presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher. Eu queria chamar a Carlinha do GAPA, que eu vi agora ali, mas eu não posso... Carla, olha aqui, somos todos uma Mesa...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível)

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Carla do GAPA. Almeida era antigamente, Carla do GAPA. Claro, eu jamais diria Almeida. Vem, Carlinha, por favor, isso é muito importante, faz uma diferença grande na nossa representação. A coordenadora da atenção às infecções sexualmente

transmissíveis da Secretaria Municipal da Saúde, Daila Raenck. Pessoal, em primeiro lugar...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível)

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Nós tivemos, há poucos dias, infelizmente, a perda precoce e trágica do Wagner Khalil, filho mais velho do Nelson Khalil, nosso presidente do Conselho Estadual das Pessoas com Deficiência. Eu gostaria que a gente fizesse, em pé, um minuto de silêncio. Quem puder ficar em pé, quem não puder não se preocupe, em homenagem ao Wagner Khalil.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Bem-vindo, Itamar. Eu queria fazer o registro da presença do Silvio Jardim, que é da Associação dos Procuradores do Estado. Eu não posso te trazer para a Mesa, Silvio, porque nós estamos com esse problema físico, mas é uma honra tê-lo aqui presente. Seu trabalho é sempre importantíssimo, em todas as áreas de luta te encontramos, desde a luta dos indígenas em Belém – lembro bem – até a dos indígenas do Morro Santana. Nossa, muitas coisas. Quero fazer referência também ao Bruno, que é presidente, ou representa, não recordo agora, mas trabalhamos juntos. A Fundação Maçônica, um trabalho extraordinário da Fundação, do Bruno, particularmente, Adeli Sell, naquele período das enchentes e das cheias em Porto Alegre, nos bairros mais atingidos, no Sarandi e no Humaitá, o trabalho do Bruno e da Fundação foi extraordinário, e eu acompanhei. Nós elaboramos o seguinte: nós tínhamos hoje, como painalista – eu falaria durante 15 a 20 minutos – o nosso amigo, nosso lutador, nosso guerreiro, exemplo, modelo, Nelson Khalil, que sofreu essa tragédia bárbara. Ainda ontem conversamos à noite, ele mandou um abraço para todas, para todos, para todes, aqui hoje. Então, nós mudamos, fizemos em combinação, nós vamos colocar assim, quatro minutos

para cada uma das seguintes pessoas: a Márcia Leão, que está aqui; a Giselle Hübbe, que está ali também. Onde está o Nilson? O Nilson não veio...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível)

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Está lá o Nilson. Vais falar, Nilson, vais falar. Tu és da Pastoral Povo de Rua e Usuários, é isso?

(Manifestação fora do microfone. Inaudível)

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Movimento Nacional da População em Situação de Rua, é isso, Nilson. Sinta-se na Mesa, eu não tenho como te colocar agora aqui, mas é uma honra tê-lo aqui conosco. Obrigado pela presença, Nilson. O Elton Bozzetto, dos migrantes, que também não está. A Pitty, que está aqui conosco; e o comandante Jair Krischke, que também está aqui. Quatro minutos cada um, depois a gente vai desenvolver intervenções de dois minutos e concluímos a reunião. Para podermos levar a bom termo dentro do prazo de duas horas ao todo, que é o nosso limite. Eu quero fazer o registro também da presença da Dra. Cris, da Comissão de Direitos Humanos da OAB, uma grande advogada, uma grande lutadora dessa área, que nos honra muito com a sua presença. Eu vou começar, até por uma questão... Não é hierárquica, não há essa hierarquia, tem que começar e terminar de algum jeito. Mas eu gostaria, até por uma questão nossa de respeito internacional, de começar pelo companheiro Jair Krischke, presidente do Movimento de Justiça e Direitos Humanos.

SR. JAIR KRISCHKE: Boa tarde a todas e a todos; Ver. Pedro Ruas, Abigail, Adeli, queridos amigos, é um honra e um prazer estar aqui com vocês. Última reunião da comissão, então vamos ver se a gente colabora no sentido de encerrar os trabalhos deste ano de uma forma bastante profícua. Em termos de direitos humanos, já há algum tempo venho dizendo que a grande pauta do século XXI é a questão ambiental. Essa é a grande pauta dos direitos humanos

do século, porque, se não observarmos o que está acontecendo, não sobrará o ser humano, então a Declaração Universal não terá valor, porque o objeto destinatário dos direitos não estará aí. Dentro desta linha de procedimento, o Movimento de Justiça e Direitos Humanos tem batalhado muito nesta área. Veja, por exemplo, a nossa história aqui, bem de Porto Alegre, o Guaíba. O Guaíba, de repente, passou a ser chamado de lago. Como assim, lago? Quem disse isso? Ah, por trás disso, muitos interesses, porque vocês sabem que a nossa legislação é muito clara, ela diz que a área de proteção permanente, de margem de lago, são 30 metros, e de curso d'água, não é rio, curso d'água, semelhante ao nosso, pela largura, são 500 metros. Então a especulação imobiliária, que gosta muito de construir, se for possível, dentro da água, passou a induzir, e a imprensa celebra isso, que o Guaíba é um lago, claro, no seu interesse. Junto com outras organizações, nós ajuizamos uma ação que está no nosso Tribunal de Justiça, pleiteando essa questão, juntando à ação, Ver. Pedro Ruas, documentos importantes, porque quem nomeia os acidentes geográficos é o IBGE, ele que tem a atribuição legal de fazer. Então consultamos o IBGE: o Guaíba, o que é? Rio. Diz o IBGE: é rio. O serviço de cartografia do Exército Brasileiro diz que é rio; a Marinha, com as suas vias navegáveis, diz que é rio. Mas circula entre nós essa noção de que é lago, nesse interesse. Então estamos discutindo na justiça. E com isso, certamente, nós encontraríamos muitos interesses. Eu concluo, em um apelo, em uma forma de apelo a esta Câmara, porque amanhã será votado aqui um projeto de lei, oriundo do Executivo, que transforma, que muda o Conselho Municipal do Meio Ambiente, tirando da Constituição deste conselho, entidades que, desde a criação do conselho, ali estão: Agapan, Movimento da Justiça e Direitos Humanos e outras, que estão na lei. E como nós incomodamos o prefeito e os seus interesses, então ele envia um projeto a esta Câmara para mudar, e essas entidades, que estão por lei consagradas na participação, serão excluídas. Então fica aqui o meu apelo a esta Casa, para que olhe esse projeto de lei com interesse, e o interesse nesta população de Porto Alegre, que precisa ser protegida na questão ambiental. Lembremos da última tragédia que, ainda hoje, faz sofrer uma parcela grande

dessa população. Então, veja, nós estamos com uma administração que, lamentavelmente, se repetirá, que é inimiga do meio ambiente, ela é inimiga do meio ambiente, e por isso quer afastar entidades que a contrariam, nesse projeto de lei. O nosso apelo a esta Casa, para que olhe com carinho esta decisão, e, na medida das possibilidades, impeça que esta barbaridade ocorra. Muito obrigado.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Obrigado, Jair Krischke, presidente do Movimento da Justiça e Direitos Humanos, e já ao seu lado, a Marcia Leão, presidente do Conselho Municipal dos Direitos Humanos, a quem eu tenho a honra de passar a palavra.

SRA. MÁRCIA LEÃO: Boa tarde a todas, todes e todos. Eu acho que cabe a gente contextualizar um pouco por que nós fomos pedir ao Ver. Pedro Ruas, nosso parceiro de tantos anos, para que a gente tivesse esse momento. Quando eu e o Nelson começamos a idealizar esse momento, a gente pensou em função de tudo aquilo que os conselhos municipais têm passado em Porto Alegre. A maioria dos conselhos municipais, e o de Direitos Humanos, igual eu falo, nós não temos mais estrutura nenhuma dentro do Município. As instâncias de controle social, que deveriam ser onde acolhem as denúncias, necessidades e a voz da população para, junto, poder pensar e monitorar melhor as políticas públicas, elas vêm num processo de desarticulação, já desde a gestão anterior, no Município de Porto Alegre, e isso fortemente colocado nessa gestão do prefeito Melo. Por exemplo, no Conselho de Direitos Humanos, atualmente, eu estou de presidente, e costumo dizer que *ad aeternum*, uma vez que o Ministério Público determinou que renovassem o mandato do conselho enquanto não tivesse eleição, e nós não conseguimos fazer, porque a Prefeitura, o Executivo, não cumpre com a sua parte. Então eu fico dizendo que vou ficar *ad aeternum* presidente, porque já que não sai a eleição, e tem a determinação, continuo eu aqui. Mas o Conselho de Direitos Humanos é só um exemplo do que vem acontecendo com as políticas públicas que acolhem a voz da população no

Município de Porto Alegre: nós não temos sede, nós não temos estrutura, nós não temos telefone, nós não temos quiçá *e-mail* para receber denúncias, conversas, diálogos e acolher a população. Por isso a gente pensou em aproveitar o mandato do Ver. Pedro Ruas, que sempre tanto nos acolheu, para poder trazer um pouco aqui a voz das populações, e por isso a nossa sugestão também de que viesse o Nilson, o Hack também, que está aqui representando a comunidade e outras pessoas, para que pudessem trazer um pouco daquilo que a gente não consegue mais ouvir nos espaços legítimos, que seriam os conselhos. E aí não é só o Conselho de Direitos Humanos, essa proposta de desarticulação do Conselho do Meio Ambiente é reflexo do que vem no todo da política municipal que tem se mostrado. E isso interfere, sim. É claro que a questão ambiental está diretamente também relacionada com o meio ambiente, uma prova disso é que ela dialoga com todas as agendas, inclusive a da saúde, que o Ministério da Saúde, hoje, a Secretaria de Vigilância, chama-se: Vigilância em Saúde e Ambiente, porque se reconhece todas essas interconexões que têm que acontecer. Mas nós não temos, em Porto Alegre, acolhida para isso. Apesar das diversas audiências públicas, apesar das diversas representações ao Ministério Público, nós continuamos sem guarida, nós não temos onde receber as populações. E quando pensamos, então, em propor isso, foi mais do que dizer para o Legislativo, “vamos ouvir a população”, mas foi mesmo um grito de “nos socorram”, porque a gente já não tem mais estratégia e nem forças dentro dos conselhos para conseguir manter as pessoas imbuídas do sentimento de continuar lutando pelo controle social e monitorando as políticas públicas, quando a gente não tem estrutura mínima. Nós não conseguimos fazer uma assembleia, uma reunião de conselho, nós não conseguimos fazer nada, a não ser que seja dentro da própria estrutura do Município ou virtual, quando a gente faz usando os *links* e provedores particulares de algum membro do conselho. Ou, então, nós temos que fazer na sede do Executivo, o que convenhamos que não é nem um pouco recomendado – nós vamos discutir controle social na casa de quem tem promovido a maior parte das violações que o cidadão tem levado? Então, esta reunião vem muito nesse espírito de a gente trazer para fora a

necessidade que os conselhos estão tendo e, principalmente, pedir o apoio da Câmara para se tornar, nesse momento em que a gente não tem forças, enquanto instituição de controle social, também um espaço de escuta para as comunidades, para que a gente possa saber como é encaminhado daqui para frente. Os problemas são inúmeros. Se eu for começar a relatar aqui, eu vou, sim, relatar as questões ambientais, de saúde, de educação e de todo o resto das áreas que têm problemas e que a gente tem recebido cotidianamente essas denúncias; mas a gente precisa, neste momento, pensar, a partir do ano que vem, que vai continuar a mesma gestão, como a gente pode traçar um caminho de forma que as populações se sintam acolhidas e tenham um espaço para poderem colocar os seus problemas, e nós pensarmos, conjuntamente, como tentar resolver isso com esta administração, que ainda tem mais quatro anos pela frente. Obrigada.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Obrigado, Márcia Leão. Eu lhe digo o seguinte, não em qualidade, que nós temos aqui, por exemplo, Adeli Sell e Biga Pereira, que eu já disse que são do primeiro time da história da Câmara de Vereadores, mas, numericamente, a nossa situação vai estar um pouquinho melhor, numericamente. Serão 35 vereadores, e não 36; e, na oposição, seremos 12, e não 10. Aí, alguém diria “bom, mas grande coisa, 12”. Não, 12 é um número mágico. É que nem na Assembleia, o 19, Renata, o número da CPI. Então, 12 não é qualquer coisa. Isto aqui está sendo gravado, não tem nenhum problema, eu digo aqui com franqueza, 12 é um número mágico, e nós teremos. Então, a partir de janeiro, as coisas serão um pouco diferentes, um pouco diferentes. E a Márcia falou no Nilson, eu quero lhe passar a palavra, exatamente, pelos primeiros quatro minutos.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Ele está na Mesa, ele vai ter agora a palavra.

SR. NILSON LIRA LOPES: Muito obrigado. Primeiro, gostaria de agradecer pelo convite; Luciana, Ver. Pedro Ruas, em nome dessas duas pessoas, saúdo todas as autoridades, todos os vereadores que aqui se fazem presente. Meu nome é Nilson, tenho 63 anos de idade, moro em São Leopoldo, hoje, e trabalho e milito em Porto Alegre há 20 anos. Eu sou um ex-morador de rua, de mais de 30 anos, e hoje sou militante do movimento, sou do Boca de Rua e do Coletivo Estadual de Lutas da População em Situação de Rua. Quando falaram com relação ao usuário da Pastoral, sim, eu também represento esses movimentos na Pastoral do Povo da Rua. Então é uma honra poder estar aqui falando, porque, enquanto indivíduos, a gente conseguiu evoluir, conseguiu superar muitas dificuldades, desde a situação de rua até o alcoolismo, a drogadição, enfim, e tudo de ruim que a miséria e a fome nos trazem. Então, falar de direitos humanos para uma pessoa como eu é falar de violação de direito; desde quando estava no útero da mãe faminta e desnutrida, já com os direitos violados, até a vida adulta, enquanto negro, pobre, da periferia e que estava em situação de rua. Então, a gente teria tanta coisa para falar e tão pouco tempo, vereador; mas, assim, em algum momento, eu precisei falar sobre direitos humanos, e o livro que eu estava lendo colocava que, primeiro, eu deveria ver a quais humanos eu me referia, porque havia na sociedade pessoas consideradas menos humanas e até aquelas consideradas não humanas, que, no caso, éramos eu e as pessoas que estão em situação de rua. Então, é muito difícil. Quando eu entrei para o Movimento Nacional da População de Rua, em 2019, a nossa pauta principal era a violência, a violência institucional, a internação compulsória, a retirada de pertence, a remoção violenta com agressão, a retirada de documentos, enfim. Então, essa era a nossa pauta, violência, até porque a situação de rua já é a maior violência que alguém possa estar vivendo. Após isso, não avançando, mas fazendo a luta, nós tivemos, então, a pandemia, que aí nos mostrou que éramos sujeitos pandêmicos também, que isolamento social, distanciamento, isso já fazia parte do nosso dia a dia. Logo em seguida, veio o primeiro incêndio da pousada Garoa, que também nos desfocou e nos fez voltar para aquela situação. Depois disso,

veio, então, o segundo incêndio da pousada Garoa, e aí com muito mais vítimas – 11 mortos, 14 feridos. E, logo em seguida, uma enchente, que aí também foi para acabar com as nossas possibilidades de resistência e de sobrevivência, e ficamos sem saber para que lado ir, qual pauta era mais importante naquele momento, e descobrimos que a nossa pauta principal é sobreviver. E isso nós temos conseguido, com muito esforço.

Eu ouvi falar e vi nas redes ontem também um projeto que tramita nesta Câmara de internação humanizada. O nome até que é bonito. Porém, na nossa opinião, isso significa legitimar as comunidades terapêuticas e a internação compulsória, os manicômios, enfim. Então, era isso. Agradeço pela atenção de todos e espero ter contribuído neste debate. Obrigado.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Certamente, Nilson, muito obrigado – nós que agradecemos. Eu queria passar a palavra para a nossa companheira Giselle Hübbe, que é presidente do Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência. E, de alguma forma, todos nós representamos neste momento o Nelson Kalil, mas eu acho que a Giselle, particularmente.

SRA. GISELLE GUIMARÃES HÜBBE: Boa tarde. Obrigada, vereador, Ver.^a Biga, demais vereadores e todos aqui presentes. Eu sou uma mulher de pele clara, de cabelos castanhos escuros, estão mechados com luzes loiras, estou vestindo um blazer preto e uma blusa preta. Bom, essa é a minha breve descrição. Sou uma mulher com deficiência visual, com baixa visão, presidente do Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência, e, enquanto presidente de um conselho municipal, a fala da Márcia me contempla, não me alegra, porque essa é uma realidade que nós estamos vivenciando, estamos sofrendo dentro dos conselhos com a falta de estrutura e com tudo o que tem acontecido. Então, reforço, dizendo a importância de que a Câmara não somente seja um espaço de escuta, mas também seja um espaço de resistência e de luta em conjunto, em parceria com os conselhos municipais.

Eu estava escalada, convocada para falar na reunião aqui ao lado, da CECE, então, dividiu o Comdepa, o Conselho, para que nós tivéssemos representante ali, porque ontem à noite recebi uma ligação do nosso glorioso amigo, Nelson, impossibilitado de estar aqui hoje, em virtude de tudo o que aconteceu, me pedindo para que o representasse, enquanto presidente do Conselho Estadual das Pessoas com Deficiência.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Ele me ligou, nesse sentido também.

SRA. GISELLE GUIMARÃES HÜBBE: Exato. Então, cá estou, glorioso e grande liderança, o Nelson que é. Eu gostaria de parafrasear as falas do Nelson, quando ele fala que nós, pessoas com deficiência, o senhor já deve ter ouvido isso muitas vezes, não é, vereador? Nós, pessoas com deficiência, quando saímos de casa, temos uma certeza de que iremos nos incomodar. E isso não é uma piada e nem uma brincadeira, essa é, de fato, uma realidade. Para as pessoas com deficiência que buscam o mínimo de autonomia no dia a dia, com certeza iremos viver, e estamos vivendo, permanentes situações de desconforto. E isso por falta de acessibilidade, por falta de acesso.

Então, pensando sobre as pessoas com deficiência na perspectiva dos direitos humanos, nós não podemos deixar de pensar naquilo que é fundamental, que é indispensável, que é a dignidade humana, que é a garantia dos nossos direitos. Nós precisamos refletir sobre o conceito de desenho universal, todos os serviços, ambientes, produtos pensados para todos, o tempo todo. Nós não podemos deixar de pensar tanto no desenho universal quanto no controle social. Quem são essas pessoas com deficiência? Onde elas estão inseridas? Em quais situações estão vivendo? Do que elas precisam para se desenvolver e para romper o ciclo da invisibilidade que ainda vivemos? Quando nós pensamos nas pessoas com deficiência também, há uma transformação social muito mais avançada nas demais pautas e dentro da... Achei que tinha cortado. Está falhando?

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Um minuto. Não foi cortado, só aproveitei agora e disse. Você tem um minuto de fala.

SRA. GISELLE GUIMARÃES HÜBBE: Já estou encerrando. Então, as pessoas com deficiência, dentro dessa pauta da diversidade, que já tem uma transformação mais avançada na área da mulher, da pessoa negra, dos indígenas, do movimento LGBTQI, APN+, das pessoas gordas, das pessoas idosas, a pessoa com deficiência ainda está recortada deste ambiente de diversidade. Ah, nós fazemos um trabalho, um serviço, um projeto pensado na inclusão, mas não tem acessibilidade. E sem acessibilidade e inclusão, a gente não consegue avançar. Então, como agentes públicos, tanto aqui vereadores, vereadoras, presidentes de conselhos, lideranças de movimentos, como agentes públicos, nós temos essa missão de acelerar esse processo de transformação social para as pessoas com deficiência, garantindo sempre a acessibilidade e a inclusão, porque o futuro é coletivo, e, sem acessibilidade e inclusão, ele não ocorre. É isso. Obrigada.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Muito obrigado, Giselle. Eu vou passar a palavra para a Pitty, que é presidente do Conselho Estadual de Direitos Humanos LGBTQIAPN+. Só antes que eu faça a referência, da presidência da Jaque, nossa querida professora, que trabalha tanto com pessoas em situação de rua, do Paulo Guarnieri, que eu vi chegando ali, um lutador, um histórico guerreiro entre nós aí, eu já havia falado de alguns outros, e, conforme eu vou verificando visualmente, eu consigo fazer alguma referência. Agora, sim, Pitty, a partir de agora, os quatro minutos.

SRA. PITY BARBOSA: Boa tarde, pessoas, vou me autodescrever. (Procede à autodescrição.) Ontem eu fui convidada para estar aqui nessa mesa sobre direitos humanos, falar na questão da população de travestis transexuais que vivem com HIV. Eu, hoje, estou como presidente do Conselho, pelo Fórum ONG AIDS. E, ouvindo as companheiras e companheiros falando sobre essa questão

de vulnerabilidade, vocês sabem que, agora, nas enchentes, nós tivemos um descaso muito grande com a população de travestis transexuais que foram para os abrigos. Inclusive, eu pedi ajuda para a Carla, para o Hack, porque os direitos estavam sendo negados direto. Inclusive, no Partenon, teve um abrigo que é onde os brigadianos falavam para as travestis que elas fizessem Pix para conseguirem barbeador.

E, aproveitando essa audiência, na Ilha da Pintada, nós temos uma lésbica que foi estuprada; temos três travestis que estão ainda em situação de vulnerabilidade, uma teve um AVC, vive com HIV AIDS, e ainda estão ali pelas ruas. Essa menina que foi estuprada, eu consegui um lugar para ela em Canoas. Mas o descaso, tanto pelo governo municipal quanto estadual, federal, com a população LGBT, é totalmente falha. Parece que a gente não existe. Nós temos travestis que estão em situação de rua, que são até discriminadas pelos próprios companheiros de rua. Elas são discriminadas. Querem comer, vão batalhar. Nós temos travestis, homens gays e lésbicas, com deficiência, que, às vezes, não são aparadas nem pelos SUS, nem pelos SUAS. Nós temos uma população de travestis muito grande que vive com HIV, que, principalmente, quando são 50 mais, 60 mais, o etarismo em cima da população de travestis, gays, lésbicas, 50 mais, 60 mais, é muito forte. Parece que já vão morrer mesmo, porque já estão ali. Principalmente, se for negro ainda, é pior quando vive com HIV em situação de vulnerabilidade. Eu não estou aqui fazendo vitimismo dessa população, estou aqui pedindo para essa gestão, que vai começar agora em janeiro, que tenha um olhar melhor para a população LGBT em vulnerabilidade. Porque é muito bonito a gente criar pautas. Criar pautas, a gente cria. Agora, efetividade, onde está? É zero. Não estou vitimizando ninguém, mas é zero por todos os órgãos públicos onde falem, principalmente quando falam em travestis, transexuais, é pior. Os 50 mais, 60 mais, estão sendo cada vez mais escrachados, mais abandonados. Então, agora, nessa nova gestão, vamos fazer um olhar melhor para essa população. Uma travesti que está na esquina está pagando imposto, porque ela usa batom, ela usa preservativo, ela usa roupa, ela usa motel. Ela está pagando imposto direto ou diretamente. Ela está dando, sim, um emprego para alguém

que está lá na ponta. Isso a sociedade não enxerga. Isso a sociedade acha que só remete à prostituição, à droga, a barraco.

Eu fui prostituta há muitos anos e tenho orgulho de dizer isso. Desde os anos 1980 para cá, o preconceito era muito maior; hoje existe igual, mas velado. É o País que mais mata mulheres cisgêneras no País, no Brasil, é o País que mais mata mulheres travestis. E nada é feito. Às vezes, a gente pede uma notificação de crimes, de transfobia, de que foi assassinada uma travesti, a gente não consegue ver dados, se o agressor foi preso. E tudo isso é somente pelo seu gênero, é uma violência de gênero que nós estamos tendo nesse País. É uma guerra civil velada em cima da população LGBT, em cima da mulher, porque eu faço parte do Conselho da Mulher do Estado, apesar de algumas mulheres não me aceitarem dentro desse Conselho, mas eu sou abusada; elas têm que aprender que órgão genital não é gênero. É isso que têm que aprenderem: mulher é como tu te sentes, homem é como tu te sentes. Então, a violência de direitos humanos em cima da população LGBT é muito grande, muito maior, começando as que estão na rua, começando as que são deficientes, começando as que são e vivem com HIV/Aids, que assumem a sua sorologia, são descachadas até pela própria família. Obrigado pelo desabafo, mas espero que, em 2025, o Município de Porto Alegre tenha um olhar. Embaixo do Viaduto da Conceição, nós temos oito meninas travesti que, por causa da enchente, elas perderam suas casas, não tiveram dinheiro para pagar hotel, pensão, e quem as está recrutando é o tráfico, e apanham ainda dos outros homens e mulheres que estão em vulnerabilidade de rua, tanto quanto elas. Então, vamos fazer uma casa de acolhimento para essa população, porque eu fui homenageada numa casa de acolhimento que o governo estadual fez, a Casa Violeta, fui homenageada lá, mas é para mulher cis. Então, vamos ver se esse governo faz uma casa municipal. Obrigado.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Muito obrigado, Pitty. Eu vou passar a palavra para a Renata Gabert de Souza, presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Porto Alegre. A partir da fala da Dra. Renata – eu digo

assim, porque ela é advogada de muitos anos, nós temos a advocacia trabalhista e o brizolismo em comum, não é, Renata, muitas coisas...

SRA. RENATA GABERT DE SOUZA: Graças a Deus.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Eu vou dizer uma piadinha rápida aqui, que o Jair Krischke talvez conheça. Vocês todos conhecem o Raul Ellwanger, um grande amigo, e o Raul diz que eu não existo. Eu digo: “Pô, Raul, por que eu não existo, que sou teu amigo? Ele diz: “Tu não existes, porque não existe um brizolista trotskista, então, tu não existes, estatisticamente, tu não existes.” E aliança com Libelu ainda, é uma coisa fantástica. Dra. Renata, por favor, quatro minutos.

SRA. RENATA GABERT DE SOUZA: Então, como presidente do Conselho da Mulher, reticências, porque, de fato, houve um determinado momento, Dr. Pedro, em que eu tive a expectativa de que nós avançássemos em várias coisas. Eu diria que Porto Alegre avançou em algumas. Porto Alegre conseguiu fazer uma casa de acolhimento que acolhe a mulher e os filhos, o passarinho, o cachorro, o gato numa situação de emergência, que eu entendo como uma grande diferença. Está funcionando.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Desculpe, doutora, eu vou descontar esse tempo. Eu esqueci de dar um aviso importante. Quando terminar a fala da Dra. Renata, que não está contando agora o tempo, nós vamos receber inscrições de quem quiser falar por dois minutos. Desculpe, Dra. Renata. Recomeça o seu tempo.

SRA. RENATA GABERT DE SOUZA: Dito isso que eu entendo um avanço, porque, até então, as mulheres em situação de vulnerabilidade precisavam ser retiradas das suas casas. Eu entendo motivos para isso, mas não me agradam, porque a mulher é agredida e é ela que sai de casa. Então, ela saía de casa para

um canto e os filhos para o outro, se eles fossem menores. Tecnicamente, isso foi resolvido através da Casa Betânia. Eu entendo um avanço. Um outro avanço que a Prefeitura fez foi estipular protocolos de atendimento. Então, eles estão no papel e, estando no papel, a gente tem como cobrar. Bom, teria, se canais funcionassem. E aí eu entendo que a Prefeitura é um problema; a gente não consegue respostas. Eu ousou dizer que sou uma pessoa que consigo conversar um pouco, pelo menos, com gregos e troianos. Nenhum advogado senta em mesa de audiência para fazer acordo se ele não tem capacidade de negociar. Então, isso eu empresto para as minhas atividades, eu sou uma pessoa que faz política conversando com todos os lados, independentemente de qualquer razão maior, para um lado ou outro. Mas nós não avançamos, porque as coisas não se implementam: o Conselho da Mulher tem só um *e-mail*; em tese, teríamos lugar onde colocar as coisas; em princípio, tem a Casa dos Conselhos com uma secretária, mas é tudo com uma pauta muito difícil. Então, tem, mas não tem, porque não se implementa e, quando não implementamos as coisas, é como não ter. E esse não ter, esse estender vai causando muitos danos. Todos os conselhos, me parece, porque a queixa é bastante comum, estão adormecendo, estão morrendo diante dessa descontinuidade do poder público entender, até porque o poder público não tem interesse em ouvir a sociedade. Isso, para mim, está cada vez mais claro. Todos os movimentos do Executivo Municipal... e eu já ouvi isso verbalizado por ele, que não se agrada do conselho, porque o conselho, de fato, perturba. Se você dá voz àquele que te faz oposição, é muito fácil desmontar a forma dele ter ações. E é isso que acontece. Então, no papel se tem coisas, mas, na prática, não se implementam novidades, a não ser aquelas que a Prefeitura queira. E aí é muito difícil de fazer também qualquer controle. Então, o Conselho da Mulher tem poderes que não são tão grandes assim, porque ele faz, enfim, ele verifica, mas ele não tem como impor e fica no aberto... É como, por exemplo, nós temos em Porto Alegre duas delegacias; tem milhões de queixas de atendimento das delegacias. Como é que eu faço isso efetivamente ser presente? Como é que eu posso, como presidente do Conselho da Mulher, e eu já disse isso, eu integro a Comissão de Direitos Humanos da

OAB – e aí eu vou me estender um pouquinho a mais –, o Conselho da Mulher pode ouvir todas as queixas de mau atendimento das delegacias em Porto Alegre, mas eu não tenho um canal para receber essas queixas. Compreende? A Renata existe, mas a Renata está representando o Conselho, ela não é o Conselho. O Conselho é uma entidade, que não sou eu pessoalmente. Então, a sociedade precisa chegar ao Conselho. No meu entender, essa é a nossa maior carência. Como a sociedade se comunica com o Conselho? Para que o Conselho possa fazer alguma coisa por ela.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Muito obrigado, Dra. Renata.

VEREADOR ADELI SELL (PT): A Pitty colocou a questão das pessoas idosas. O Pedro Ruas participou aqui com a Biga e comigo de alguns debates sobre essa questão da pessoa idosa este ano e apareceram esses e outros tantos problemas. O Alvoni tocava muito esse assunto, eu também, mas o Pedro já disse aqui, e vou falar aqui, o Pedro está assumindo, junto com a Lu, essa questão da pessoa idosa. Isso é uma pauta fundamental, inclusive de pessoas idosas não só travestis, mas também de população, de periferia e os acamados. Nós temos que ter uma política, uma pauta, eu já me coloquei à disposição, porque no ano que vem, como militante, como ser social, quero participar, porque eu também, como o Alvoni, já vou deixar registrado, é a minha última reunião nesta comissão, amanhã é o meu último dia como parlamentar, mas, como cidadão do mundo, estaremos presentes nessas atividades, sem dúvida nenhuma. Então, acho importante essa pauta, e tudo o que aqui foi colocado é muito importante, a começar com o que o Krischke colocou, amanhã nós faremos de tudo para que não haja um atropelamento do Conselho Municipal do Meio Ambiente, como de outros conselhos que já foram atropelados em outras vezes. Muito obrigado.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): O Sr. Hack Basilone Ribeiro de Ávila.

SR. HACK BASILONE RIBEIRO DE ÁVILA: Obrigado pelo tempo, pelo espaço, quero saudar a Mesa toda, várias pessoas conhecidas, boa tarde a todas e todos. Selecionei duas perguntas muito importantes para trazer hoje, objetivas, me referindo a situações específicas. Uma delas está ainda efervescente, que é a questão da reintegração de posse da ocupação Jiboia, que é um lugar que passou por várias violências. Inclusive, a última vez que a Prefeitura determinou a derrubada do muro e acabou derrubando vários outros lugares ali, surgiu muita violência. Teve gente apanhando, teve gente presa. O Júlio está acompanhando pela CDH também, a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa também está acompanhando. Mas seria importante que o Município também acompanhasse essa situação, porque são pessoas em situação de extrema vulnerabilidade. Aquela ocupação tem mulheres e pessoas LGBTI, especialmente pessoas trans. Então, vai se tirar as pessoas de lá e não sabe ainda para onde ir. Que situação é essa? Absurda! Essa é uma situação que eu gostaria de fazer uma denúncia, que já vem acontecendo há bastante tempo. E a segunda situação que eu gostaria de falar é sobre os ambulatórios que ficam em responsabilidade da Prefeitura. A gente não tem ainda uma unidade, uma unificação dos protocolos de atendimento. Então, não é encaminhado para especialidades que a pessoa precisa, às vezes, relativa a outras coisas, mas que a gente sabe que a nossa população trans passa por especificidades que precisa de pessoas capacitadas para nos atender. Capacitadas, não gosto da palavra. Qualificadas. Qualificadas para nos atender. Então, já passamos por dificuldade com a questão do hormônio durante a enchente, que foi a primeira coisa que foi cortada ali e que não foi reconhecida devido à emergência para solucionar. A gente agora está demandando que seja assinado o Paes Pop Trans, que já foi apresentado. Ele é nacional, no entanto, isso vai se ligar também às políticas municipais, porque os ambulatórios existem os municipais, os estaduais e os federais. Então, isso vai dialogar também com o município. A gente precisa estar atento e acompanhando essas situações com bastante atenção, porque a nossa população LGBTIAQ+ tem várias situações que precisam de acompanhamento, como a Pitty já adiantou.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Jacqueline Fuques, nossa querida Jacque, professora.

SRA. JACQUELINE JUNKER FUQUES: Vou pegar dois temas que acho muito importantes. Primeiro, o projeto que está ocorrendo, na Câmara, de internação humanizada, e, segundo, um outro que foi aprovado, que é um cala boca dos professores e que é um absurdo. Como é que eu vou, como professora, e acho que aqui não tem quase representante da educação, como é que a gente pode mudar uma sociedade quando a educação não tem como projeto educar para dizer para as pessoas que gênero não é uma questão de com que órgão eu nasço, que gênero é uma questão de como eu me sinto, e que meu direito de amar não é dado pela minha genitália, meu direito de amar é meu. Então, isso fica muito difícil com o projeto de lei que foi aprovado por esta Câmara de Vereadores, que diz que, de repente, agora, isso pode ser considerado partidário e que o professor não poderá mais dar aula falando dessas coisas. Então, fica difícil. Se eu não posso educar a sociedade para trabalhar e para entender a Pitty na sua humanidade e na sua maravilhosa pessoa de ser, como é que eu posso transformar a sociedade? Se eu não posso trabalhar com ela desde cedo a entender o humano por ser humano. Então, esse é um dos pontos. Então, esta Câmara de Vereadores já está indo na contramão de tudo isso que está sendo pedido aqui ao ter aprovado esse projeto.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): E na contramão do Supremo também, porque tem três decisões contra isso.

SRA. JACQUELINE JUNKER FUQUES: É. E a outra é essa proposta de internação humanizada, que quem lê o projeto, estando ou não a favor ou não dele, vê que ele não tem limite para o período da internação. É de 90 dias até perder de vista. É uma resposta para enriquecer quem quer as comunidades terapêuticas, enriquecer com a miséria, enriquecer com a doença de que

ninguém tem controle, culpabilizar a pessoa por aquilo que ela não tem controle e tirar a liberdade dela, direito garantido desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos, simplesmente porque a partir daqui me incomoda, porque o diferente me incomoda. Era isso que eu queria trazer para a reflexão, porque estamos aqui, mas temos dois projetos de lei, um aprovado e um que provavelmente será aprovado pela composição que a Câmara tem hoje, que vão na contramão de tudo o que está sendo discutido aqui.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Muito bem, Jacque. O Sr. Cléo Goulart.

SR. CLÉO ANTUNES GOULART: Vereador Pedro Ruas, na sua pessoa, cumprimento a Mesa. Vou na linha da professora Jacque, esta mesma Casa que aprova essa aberração, Pedro, que é inconstitucional, aprovou e tirou os estudantes pobres da sala de aulas ao tirar o Tri, que é uma coisa legal. Eu queria saber onde é que o prefeito Marchezan, então prefeito, criou uma lei que vai contra a Constituição, que garante aos estudantes direito à passagem escolar. Eles tiraram isso em Porto Alegre, porque para eles, para a maioria desta Casa que está aqui embaixo, eles querem o povo cada vez mais longe desse espaço. Eles não querem o povo aqui dentro, eles querem o povo longe daqui. Mas eu vou na linha, Pedro, como educador social, trabalho com os moradores de rua. O seu Nilson até esteve no POP 2, eu não estava, estava em folga, mas para pedir que a próxima gestão olhe com carinho os moradores de rua, nós queremos menos Romu intimidando os usuários e batendo, como eles fazem, aliás, desde a reeleição desse ser, que eu não gosto de falar o nome, que foi reeleito prefeito, a Romu aumentou, intensificou, Pedro, na Rua Gaspar Martins, as suas visitas, agora são duas vezes por semana, com lavagens de mangueira, colocando os pertences dos usuários no lixo – colocando no lixo! Nós queremos que, para 2025, cheguem políticas públicas nesse território, nós queremos isso, que chegue uma parceria com a EPA, para ter educação para os moradores de rua, porque muitos não sabem nem ler e escrever; nós queremos que chegue política de trabalho; nós queremos que se ocupem os

prédios abandonados em Porto Alegre, para os moradores de rua ocuparem e não fiquem abandonados como estão, deixando a cidade mais feia com esses abandonos. É isso que a gente almeja para o ano que vem, é esse desejo, se é possível ter algum desejo, e sensibilidade do prefeito Melo e da sua equipe, se é que isso é possível, eu não acredito que seja, mas eu tento. Enfim, é isso que a gente quer ver: menos agressão, como tem sido a Romu, como eles intensificaram, queremos mais humanidade.

Sobre a Garoa, para fechar, insuficiente o que a Justiça nos apresentou, três indiciados apenas, insuficiente, o prefeito Melo tem que está também nesse crime, estão repetindo o que fizeram com o Schirmer, o secretário Voigt, que fugiu para Paris, tem que estar nesse crime, nos indiciados, porque todos eles sabiam, e fala quem visitou a pousada, visitou a que queimou e visitou a que está inteira ainda e sabe das condições. Eu visitei a pousada, eu sei das precárias condições daquilo lá. Insuficiente o que a Justiça nos apresentou, ficou devendo.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Obrigado, Cléo, militante social, educador social, particularmente na Lombra do Pinheiro. O Paulo Guarnieri, histórico militante social em Porto Alegre, companheiro, está com a palavra.

SR. PAULO GUARNIERI: Obrigado pela deferência. Uma saudação a todas, todes e todos. Eu quero dizer que eu pedi inscrição para agradecer, agradecer esta Comissão de Direitos Humanos da Casa, em especial os vereadores Adeli, Pedro Ruas e Biga – mencionei apenas pela ordem que está na Mesa –, pela dedicação, pelo esforço que tiveram na defesa dos catadores nesta cidade.

Aproveito para registrar para todos os presentes que os catadores em Porto Alegre estão sendo perseguidos e proibidos de sustentar suas famílias com os resíduos daqueles que conseguem consumir. Então, são pessoas excluídas do mercado de trabalho, mais de seis mil famílias em Porto Alegre que estão na iminência de serem proibidas de sobreviver do lixo. Isso é a coisa mais desumana que pode existir. Eu quero agradecer aos vereadores desta comissão

pelo apoio, conseguiram prorrogar o prazo da proibição dos carrinhos por mais de um ano e meio, mas é muita luta que teremos pela frente, tenho convicção. Quero fazer um gancho disso, vereadores e vereadoras, para a questão da moradia. O local de moradia dessas pessoas, das famílias de catadores, está em extrema vulnerabilidade. Ali no 4º Distrito, na área do Humaitá e Farrapos, nós temos mais de 3.500 famílias que vivem em situação irregular. E a estratégia da prefeitura é oferecer o bônus moradia no valor de 200 mil para as pessoas comprarem uma moradia bem longe dali. Porque ali não se compra mais nem perto desse valor. Então, é uma estratégia sólida de desocupação do território, de limpeza do território e muito dirigida contra a população negra, contra a população dos catadores, contra a população dos excluídos do mercado de trabalho. Cito a Vila Santo André, mais de 300 catadores naquela vila e, por ação do Ministério Público, a Prefeitura está condenada a reassentar aqueles moradores. Para concluir: são pessoas que estão morando numa área pública, vamos dizer, que têm o direito à concessão de uso para moradia, direito constitucional e da legislação federal e que estão sob risco de serem enxotadas no território onde foram criadas. Muito obrigado.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Muito obrigado, Paulo Guarnieri. Ver.^a Biga Pereira, por favor.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Obrigada, colega Ver. Pedro Ruas. Aqui já foi dito a vocês que esta é a nossa última reunião desta comissão, nesta legislatura – retoma lá em fevereiro com outros integrantes. Eu devo dizer, Ver. Pedro Ruas, que possivelmente o senhor estará nesta comissão pelo seu comprometimento com a...

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Sim, está pedido e espero que seja atendido.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): A gente espera, pelo seu comprometimento também com esta pauta. Eu confesso a vocês que, durante todo o tempo em que estive nesta comissão, eu me perguntava, Jair, direitos humanos, quais sejam mesmo? Porque o que nós aqui defendemos, e esta comissão procurou ao longo do seu trabalho neste ano, é dar voz às pessoas. Nós ouvimos muito, nós fizemos muitos encaminhamentos, e, ouvindo cada um de vocês, a gente sempre pensa, espera aí, quem é humano mesmo? Vamos lá, vamos refletir sobre quem é humano nesta cidade. Brancos, heteronormativos, classe média, o que é isso, gente? Magros? Esses são os seres humanos. Os demais, tidos como minorias, são a maioria. Mas os seus direitos são negados. Esta é uma comissão, e todos vocês aqui, presidentes de conselhos, são ligados a direitos humanos. Então, Pitty, eu te faço um pedido: nunca mais peça desculpas por estar fazendo um desabafo. Porque não é um desabafo, é uma denúncia da situação em que vocês acabam tendo que viver, é uma denúncia, e nós não temos que pedir desculpas. Nós temos que enfrentar e denunciar essa situação. Esta cidade ficou conhecida internacionalmente pelo Fórum Social Mundial, por aqui ter protagonizado orçamento participativo, espaços de debate que dão voz às pessoas, e onde estão? O Orçamento Participativo foi esvaziado totalmente, gente. O que ele tem mesmo hoje de espaço de participação cidadã, Pedro Ruas, da cidade? Hoje, Jair, são destinados valores ínfimos para as demandas. Foram R\$ 10 milhões, em 2022; R\$ 15 milhões, em 2023; e R\$ 20 milhões, em 2024. Merreca, para atender aos chamados direitos das pessoas! Então, é muito triste, é muito grave essa situação. Tu trazes aqui, Jacque, o que aqui foi aprovado que foi nada mais, nada menos que a Lei da Mordaça. Lei da Mordaça! Criaram esse nome de Escola Sem Partido. Não, é escola de um único partido, porque ela prevê que não se debata a diversidade. Eu fico imaginando, Jair, uma das denúncias que a gente tem feito com muita veemência na questão climática é a falta de educação ambiental. Mas como que tu vais debater na escola quando é proibido? “Lá na escola, tu só tens que aprender matemática, português e ciências biológicas...”, porque ciências naturais também não... Porque aí entra na questão climática, ambiental. E ainda com professores com

medo, porque é isto que eles queriam fazer, deixar os professores com medo. Ontem, sim, nós conseguimos aqui adiar, pelo menos, a votação da questão climática, porque eles trouxeram em regime de urgência e a tentativa de esvaziar mais um conselho, tirar entidades reconhecidas como entidades ecológicas, entidades que defendem o meio ambiente. E aqui o relato de vocês, todos os conselhos foram esvaziados e esvaziados, gente, em duas situações. A primeira que vocês aqui trouxeram, com muitos detalhes ricos, foi na sua estrutura, mas não é só. Eles esvaziaram a pauta. Essa que é a questão, gente. Esvaziaram o conteúdo dos conselhos. Isso é muito sério” E esta comissão precisa, portanto, quando tu reúnes e chamas todos os conselhos aqui, Pedro, nós temos que tirar encaminhamento dessa denúncia. Isso, gente, se chama democracia. É isso, quando a gente fala democracia, não é uma coisa abstrata. É isso no concreto, na vida das pessoas, elas não ter o direito humano. Então, eu devo dizer a vocês que, ao darmos voz a tantas pessoas, que são a maioria de negros, indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência, pessoas com síndrome do espectro autista, nós tivemos aqui, nesta sala, vários desses temas sendo tratados, sendo ouvidos e esta comissão absorveu e fez muitos encaminhamentos ao Executivo. Mas, ao fim e ao cabo, resultado não. Resultado não. Eu acho que a comissão, Pedro, deve resgatar tudo isso que nesta legislatura fez, que ouviu, que trouxe. E todos os pedidos de providências que foram tomados e nós retomarmos. Eu quero estar aqui como assistente neste plenário, para nós retomarmos este debate. Então, nós vimos isso desde o Marchezan sendo esvaziado e se aprofunda, se aprofunda, gente. Então, é preciso que a gente barre essa situação. Quando tu dizes, Renatinha, eu posso te tratar assim, “a gente tem casa de abrigo às mulheres”, é insuficiente. Cadê a Casa da Mulher Brasileira, gente? Não tem. Aí tu olhas o orçamento, cadê o dinheiro? Não tem. Aí tu olhas as mães que a gente recebeu recentemente aqui, as mães atípicas. Não tem monitoria nas escolas. “Ah, mas não tem dinheiro.” Mas, para comprar livro com erros de português, teve. Para comprar Chromebooks, e aí ter o escândalo de secretários presos, teve. É sobre isso, gente. Então, nós precisamos, esta Comissão de Direitos Humanos deve começar o seu trabalho

na próxima legislatura discutindo o que é o direito humano mesmo. E a cidade, o Poder Executivo tem que garantir o direito humano. Não é possível é uma falta de respeito a essas pessoas. É isso que eu estou dizendo. Não é desabafo. Eu te peço, Pitty, nunca mais diga isso, não é desabafo. Isso aqui é uma denúncia de uma situação a que nós estamos sendo submetidos nesta cidade. É isso. Muito obrigada.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Muito obrigado, Ver.^a Biga Pereira, ilustre companheira, e já de imediato, dois minutos para a nossa querida Carlinha do GAPA, Carla Almeida. Carla Almeida. Passa ali, Pitty, por favor. Eu quero só registrar que está conosco o Elton Bozzetto. Estava nos primeiros e eu deixei mais para o final, já tinha as inscrições. E também deixei mais para o final ainda a Pitty, porque já tinha falado, mas está aqui registrado. Eu vou chegar lá. Carlinha, por favor, dois minutos.

SRA. CARLA ALMEIDA: Boa tarde a todos, todas e todes. Vou tentar não ser prolixa e utilizar bem os meus dois minutos, porque fui anotando uma série de questões que acho que é importante pontuar. E vou começar fazendo um gancho numa questão que a Biga levanta muito bem, que é essa questão de direitos humanos para quem? Eu acho que a gente precisa entender que é uma falácia a gente afirmar que todos nós somos pessoas e sujeitos de direito. Nós não somos. Temos diversos marcadores sociais que nos definem e determinam a que ou quais direitos nós temos ou não acesso. E daí são marcadores sociais como gênero, cor, classe, sexualidade, geracional, que acabam determinando a forma com que a gente é percebido como detentor ou não de direitos. Dito isso, acho que é importante também a gente lembrar que a gente vive uma conjuntura, que não é só na cidade, mas uma conjuntura no Brasil e internacional, em que o conceito de direitos humanos é um conceito de disputa. E é imprescindível que a gente perceba isso, que a gente está num momento de disputa do conceito de direitos humanos, não só do que ele significa, mas como ele se desdobra e se reflete no cotidiano e na vida das pessoas, das cidades e de como ele permeia

ou não as relações. E estou dizendo isso porque quem trabalha com populações mais vulnerabilizadas – e todos nós aqui temos essa característica em comum, é isso que nos faz estar aqui agora – trabalha no seu cotidiano com gestão de urgência. E foi isso que a gente ouviu aqui. A gente trabalha com gestão de urgência, gente, porque a gente está falando de gerir uma violação de direitos que é cotidiana, é paulatina e se dá em múltiplas dimensões. Então, quando eu vejo o... Eu ia falar o Carlinhos, mas não é Carlinhos, é o Paulinho lá falando, o Guarnieri, quando eu vejo o Sr. Nilson, quando eu vejo a Jaque falando, eu fico pensando o quanto a gente tem que gerir um número imenso de demandas que chegam na nossa porta com uma estrutura totalmente desconectada, desarticulada e que é pensada para violar direitos. O que é a violação de direitos em Porto Alegre? Ela é um projeto de governo, gente. Esse é o projeto de governo. Não acontece por acaso. Todos esses direitos têm sido paulatinamente... Todos esses conselhos têm sido paulatinamente desmontados, porque isso faz parte de um projeto de governo que não tem o menor compromisso nem a menor intenção de atender ou garantir o direito dessas populações. Ao contrário, ele é o maior violador. E trago isso, sei que meu tempo deve estar terminando, para falar que esse cenário aqui descrito, ele dialoga diretamente com o contexto da epidemia de Aids que a gente tem em Porto Alegre. Porque, quando a gente vê esse cenário, essa conjuntura de violação, a gente entende por que a gente está na cidade que é a cidade que tem os piores indicadores de Aids no Brasil. A gente entende por que a gente vive numa cidade que tem uma epidemia de Aids generalizada. Porque a Aids, assim como a tuberculose, são doenças de determinação social. E, quando a gente tem uma cidade que não consegue garantir minimamente o direito dos seus cidadãos, ou melhor, não consegue nem reconhecer os seus cidadãos como sujeitos de direitos, a gente tem esse reflexo nos nossos indicadores de saúde. E aqui, para mim, mais especificamente, falando na epidemia de Aids. E, inclusive, uma outra violação é quando a gente tem um estado e um município que se calam, que não informam o seu cidadão que vive numa cidade que tem uma epidemia de Aids generalizada. Quando a gente tem um estado e um

município que não conseguem garantir o mínimo de acesso aos serviços de diagnóstico, de atenção e de cuidado às pessoas que vivem com Aids, eles estão sobrepondo e violando mais direitos ainda.

Então, é importante que a gente entenda isso para que a gente possa pensar e responder isso, vereadores, de forma conectada e articulada. Eu tiro um encaminhamento aqui, um pedido, que a gente comece a organizar relatórios anuais de violações de direitos aqui em Porto Alegre. Primeiro, porque dentro desse processo de violação de direitos, desse projeto que não trabalha com a garantia de direito da população, especialmente das mais vulnerabilizadas, o apagamento social é o que está posto aí. E é preciso que a gente materialize esse rol, essa composição de violações, para que isso seja histórico e esteja materializado. De vez em quando, a gente não consegue engolir, a gente engole as palavras. Mas que isso esteja materializado, que isso seja tangível e que isso possa, de alguma forma, possibilitar que a gente consiga visibilizar de que forma esses direitos têm sido não só violados, mas, paulatinamente, a gente tem um alargamento das violações dos direitos das pessoas. Obrigada.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Obrigado, Carla do GAPA, Carla Almeida. A Dra. Cristina Sasso, que representa a Comissão de Direitos Humanos da OAB, e é uma companheira – não é, Jair Krischke? – de todas as horas, todos os momentos, a Cris tem sido lutadora, guerreira e vítima também, eu sei. Só, antes, gostaria de fazer um registro: o Elton Bozzetto está aqui e chegaria antes. Chegará o momento lá dos minutos certos aí, Elton. Por favor, Dra. Cris.

SRA. CRISTINA DAL SASSO: Boa tarde, Pedro; boa tarde à Mesa, boa tarde a todos, todas e todes, em especial também ao Dr. Jair Krischke, a Dra. Renata, aos meus colegas da Comissão de Direitos Humanos da OAB. Sobre a questão da acessibilidade, eu só gostaria de lembrar que tivemos umas alterações, pequenas alterações na lei de improbidade, que garantiram, num dos artigos, que a questão da acessibilidade deveria ser obrigatória em todos os prédios públicos. Não sei por que cargas d'água retiraram esse artigo da nova lei de

improbidade, mas, enfim, como é que aconteceu isso? Tínhamos uma lei de improbidade administrativa, lei de improbidade, moralidade administrativa, aquela coisa, e foi inserido um artigo que havia a necessidade de que todos os prédios públicos obrigatoriamente tivessem acessibilidade. Não sei o porquê, mas me parece que esse artigo foi retirado, então, da nova lei de improbidade. Esse é um ponto que talvez até deveríamos pensar futuramente por que não foi adiante o artigo, ou talvez reativar esse artigo.

Outra situação importante que vemos que a máquina pública não engrena às vezes, mas, às vezes, temos que lembrar que temos um artigo, dentro do art. 5º, que diz que um dos direitos fundamentais é o nosso direito de petição, nosso direito de pedir providências aos poderes públicos. E é sempre bom lembrar que qualquer um de nós, advogados ou cidadãos, podemos, através das ouvidorias de todos os órgãos públicos, solicitar essas providências, bem como cobrar se essas providências foram efetivamente realizadas pelos poderes públicos. Então, o papel da cidadania também é este: cobrar e também fiscalizar. Nesse sentido, então, eu deixo essa reflexão aqui para seguirmos cobrando sempre dos poderes públicos o que nós gostaríamos que fosse o nosso ideal de administração pública, gestão pública. Obrigada.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Obrigado, Dra. Cristina, muito obrigado, transmita o nosso abraço à Comissão de Direitos Humanos da OAB, aos seus colegas todos.

A Inara Ruas é minha irmã, mas ela é a presidente do Conselho Estadual da Saúde.

(Manifestações fora do microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Não, da Saúde.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Mais ou menos, é um meio nepotismo.
(Risos.)

SRA. INARA BEATRIZ AMARAL RUAS: Não, não é nepotismo. Fui eleita...

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Não, não, foi eleita no voto, nada a ver.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: No voto e na treta.

SRA. INARA BEATRIZ AMARAL RUAS: Que treta? No voto! Foi articulado, na briga.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Na treta e na briga, no confronto.

SRA. INARA BEATRIZ AMARAL RUAS: O Pedro sempre diz que onde morar é um privilégio e ocupar é um direito, e a gente esquece disso. Um dos direitos humanos é o direito à moradia, e tem vários prédios aí que deveriam ser ocupados. Mas eu estava conversando aqui com a Márcia, ela falando da falta de estrutura. O Conselho Estadual de Saúde tem um pouquinho mais de estrutura. Nós temos alguns servidores, tem algumas salas de reunião, tem um auditório. Então, a gente fez uma parceria aqui de oferecer para que o Conselho Municipal de Direitos Humanos possa fazer as suas reuniões lá no Conselho Estadual. Também não sei por quanto tempo, porque eles querem nos tirar de lá. Então, não sei, a gente está vendo outros espaços. E, por incrível que pareça, como a colega da OAB falou agora, da questão da acessibilidade, o Conselho Estadual de Saúde não tem acessibilidade. Nós estamos com as duas escadas rolantes, que levam aos outros andares, estragadas, então só tem uma escada bem íngreme. As pessoas não são autorizadas a andar no elevador, porque é o elevador do Badesul. Os banheiros não são adaptados, e a gente não tem intérprete de Libras, embora a gente tenha plenárias quase que semanais. Fora as reuniões todas as semanas, as reuniões das várias comissões. Já acionamos

o Ministério Público, o Estado já foi acionado, mas até agora não foi feito nada. Isso já faz dois anos que a gente está nessa briga.

Queria parabenizar também o Carlos Duarte, que toma posse quinta-feira agora como conselheiro nacional de saúde.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Parabéns, Duarte. (Palmas.) Obrigado, Inara. Eu tinha falado do Duarte, no Rubens, já aqui, desde o início aqui, desde a origem. Mas o nosso querido Elton Bozzetto estava já para compor a mesa. Nós combinamos, Elton, que toda a sala era a mesa, porque, obviamente, todos deveriam estar na mesa. E o Elton tem uma história importante em várias lutas, não só dos migrantes, onde ele está mais conhecido por enquanto, mas em tudo, e particularmente com o pessoal, as pessoas em situação de rua. Então, por favor, vamos passar o microfone ali para o nosso querido Elton Bozzetto.

SR. ELTON BOZZETTO: Boa tarde, Pedro.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): É uma honra tê-lo aqui, Elton.

SR. ELTON BOZZETTO: Obrigado, vereadores. Em nome do Jair, os componentes da mesa, meus amigos, minhas amigas, que bom a gente se reunir numa terça-feira de tarde, quase véspera de Natal, Pedro, para dialogar sobre esse propósito, que é contínuo, nós não tiramos férias, para lutar pelos direitos humanos a gente não tira férias, é interessante esse negócio. Nós estávamos agora, Pedro, ali no Centro Administrativo, conversando, porque criamos no Rio Grande do Sul o Grupo de Convivência Inter-religiosa, e estávamos conversando ali sobre direito à espiritualidade. Não é tolerância, é respeito, porque se todos nós não vivermos essa dimensão da espiritualidade, a gente vira capenga, não é? Não sei se é a palavra adequada, mas a gente aprendeu lá fora que essa palavra tinha sentido. Pedro, eu quero trazer apenas duas situações, se me permites, em dois minutos, que tu me concedes a palavra, agradeço por isso. Eu quero falar de um público que não sei se já foi tocado aqui, Jair, que é o público

dos migrantes. E nós temos em Porto Alegre migrantes em situação de rua. Temos cubanos, temos venezuelanos, temos uruguaios, argentinos e bolivianos vivendo na rua. E aí toca uma dupla agressão aos direitos humanos, primeiro porque nós não acolhemos e, segundo, porque nós não protegemos, nem os brasileiros e nem os migrantes. Nós conversávamos na reunião da Pastoral do Povo da Rua, ali na Sacristia da Catedral, nesta semana, que a tragédia climática não levou apenas algumas coisas do Rio Grande do Sul. Parece que, em Porto Alegre, deu uma passada de vassoura também nos serviços, Jair, que estavam funcionando e não foram recuperados. A única coisa que se abriu nesse período pós-tragédia climática foi um restaurante popular. Até os banheiros de rua continuam fechados, que é o único lugar – não é, Nilson? – onde o nosso povo pode ainda ir fazer xixi, fazer suas necessidades. Pedro, vamos sair na fiscalização imediata disso. Sete banheiros em Porto Alegre, sete espaços públicos que são banheiros, estão fechados na cidade, foram fechados na cidade. E a nossa população não tem nem onde fazer as suas necessidades. Então, a primeira providência: vamos cuidar disso.

Segunda, está em curso uma grande estratégia de utilizar inclusive os espaços públicos para privatizar e implantar, em Porto Alegre, a arquitetura hostil. Se vocês lembram, há dois anos, o padre Júlio Lancelotti pegou uma marreta, em São Paulo, e virou um símbolo nacional, foi para baixo de um viaduto quebrar o paralelepípedo, porque a população não tinha nem mais condição de deitar ali. Em Porto Alegre está sendo estudada uma estratégia nesse sentido, inclusive privatizando prédios públicos, alguns deles – não é, Nilson? – onde o pessoal ainda hoje pode deitar embaixo da marquise. E esses espaços serão fechados. Então, é um pedido para que a Câmara de Vereadores, com muita diligência, ajude a gente a acompanhar e sejamos um bastião de resistência para evitarmos que essa situação seja implantada legalmente na nossa cidade. Toda vez que a gente vem ali no plenário – e a gente vem com frequência, não é, Pedro? –, assistir os discursos ali, os debates, invariavelmente o assunto do combate à corrupção e a lisura estão nos microfones da Câmara. Onde é que está a investigação sobre os contratos escusos com a Pousada Garoa, que matou dez

irmãos nossos há poucos dias aqui na cidade? Onde é que está a CPI? São 11 agora, aumentou mais uma pessoa identificada. Onde está a CPI para investigar os contratos e as responsabilidades da Pousada Garoa aqui em Porto Alegre? Então, não podemos mais falar em corrupção e lisura, em aplicação do recurso público com lisura, se a gente não investiga essas coisas. Então, é preciso.

Por último, Pedro, eu gostaria que se fizesse um encaminhamento, que não sei como é que nós vamos montar a estratégia, mas é para a gente pensar a ideia. Está na hora de termos uma frente parlamentar, nesta Casa, para cuidar dos migrantes e da população em situação de rua. Os migrantes chegam aqui e, se não é a rede da sociedade civil acolher, providenciar móveis para casa, encaminhar para a documentação e encaminhar para os serviços de saúde e regularização documental, nós não temos nenhum escritório do governo municipal, nem mesmo estadual, que cuide dos migrantes que chegam à nossa cidade. Então, nós não podemos levar o título de cidade acolhedora se nós não acolhemos as pessoas. É uma fraude o que estamos fazendo. E é preciso, então, que a comissão nos ajude, Pedro. Até porque, dia 13 de junho de 2023, dia de Santo Antônio, nós aprovamos aqui no plenário a Lei da Política Migratória de Porto Alegre. E está ainda no ato que foi assinado ali no Paço Municipal. Aquilo que é lei, que era para ser transformado em um plano municipal de imigração, não passou do papel. E é preciso que a comissão nos ajude, Pedro, para que a gente transforme a letra da lei em letra de vida. Muito obrigado.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Muito obrigado, Elton Bozzetto. Alguém falou aqui, acho que foi a Ver.^a Abigail, que nós não temos o retorno. Nós, na verdade, tivemos, para ser justo, um retorno dos encaminhamentos da comissão, não é de vereador, da comissão, nós tivemos um retorno de 23%, em 2024. Da comissão, a comissão encaminhando, a comissão temática, permanente, aqui da Casa, obrigatória, oficial. Em direitos humanos, esta comissão aqui é a Câmara, nós somos a Câmara Municipal. Então, tivemos um retorno de 23%. Eu não posso dizer que não é nada, eu posso dizer que é muito pouco, isso sim; mas que não é nada seria injusto. É muito pouco, mas eu acho que a força da

capacidade de CPI vai melhorar esses dados. A Pitty Barboza está com a palavra.

SRA. PITY BARBOZA: Eu ia falar, depois eu me esqueci, mas vou aproveitar o gancho da Carla Almeida. Eu queria que saísse um encaminhamento daqui que servisse para o Município, para o Estado, e que vá para o federal, no sentido de que os governos comecem a fazer mais campanha sobre o HIV, sobre a hepatite, sobre a TB, sobre a sífilis, porque as notificações estão cada vez mais altas e não existe mais campanha. Infelizmente, a sociedade, a população, que nem criança, se todo dia disser que “não faz isso, não faz isso”, não vão fazer. Eu acho que está na hora de retomar as campanhas das ISTs. Os índices estão muito, muito altos. Eu faço intervenção da Ilha da Pintada até o Cristal, e eu vejo os caminhoneiros também, hoje não se fala mais em preservativo, não se fala mais em HIV, não se fala mais em TB, não se fala mais em hepatite, não se fala mais em sífilis, e os índices estão muito altos. E o índice de sífilis congênita está muito alto nas meninas de 13, 14, 15 anos, aí pelo interior, pelos guetos de Porto Alegre, pelo Estado, enfim. Que daqui saia, que comece pelo Município, pela capital, essas campanhas, e está na hora de começar a assumir essas campanhas, que não tem mais. Então, daqui eu já me despeço, eu tenho uma agenda na Prefeitura de Guaíba, obrigado por terem me convidado e obrigado por todos que aqui estiveram. O Conselho Estadual de Direitos Humanos/LGBT está à disposição para todas, todos e todes; não é porque é LGBT que não acolhemos todas as pessoas. Obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Obrigado, Pitty, muito obrigado. Sabe que a Pitty me lembrou de duas questões, peço que ouça rapidamente, são muito breves, Duarte, veja só. Nós, talvez, por um hábito de militância, não sei exatamente, a gente pensa junto algumas coisas, batemos muito no governo municipal, que, aliás, é a nossa obrigação, e temos motivos, batemos muito no estadual, e eu vi que só a Pitty falou nos três. Nós temos que nos acostumar a falar nos três. Claro, tem razão a Pitty, tem que falar nos três, são cobrados os

três, é verdade. Essa é a primeira questão. A segunda, é quando ela diz assim: não é por ser um Conselho LGBT que não trato do restante. E me lembrou um pensador francês, até a Kerly estava junto num dia de um debate, da Martinica, que faleceu aos 36 anos, em 1962, Frantz Fanon. Toda a luta dele foi em função da questão da negritude, foi antirracista, e ele se engajou na luta pela independência da Argélia. E alguém questionou: mas a tua luta não é só antirracista? Ele disse assim: bom, não é por ser um negro que eu deixo de ser um ser humano. Um negro militante, como ele era, um filósofo mundial. Então, não é só a questão do LGBT, é o conjunto. Tu me lembraste disso, Pitty.

SRA. PITY BARBOSA: É porque atrás de um LGBT existe uma família, existe uma mãe, existe um pai, existe um irmão, existe uma tia que também sofre, às vezes, o preconceito por ter uma filha travesti, ou um filho gay, ou uma filha lésbica. Então, o Conselho também tem que ter esse acolhimento.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Perfeito. Pessoal, eu quero agradecer a todas, todos, todes, e dizer o seguinte: nós temos aqui alguns encaminhamentos que não são definitivos e absolutos, ou seja, eles podem ser modificados hoje ou outros dias também. Essa aqui não é a única reunião. É como disse o Adeli Sell: ela é a última reunião deste ano e desta legislatura, mas nós, na abertura dos trabalhos, já a partir de janeiro, final de janeiro... Dia 1º de janeiro é a posse, daí continua o recesso, depois, Renata, vem, ao final de janeiro, as sessões normais e nós teremos a possibilidade de continuar com os mesmos encaminhamentos ou outros, Márcia, ou outros. Então, não se esgota aqui. Mas, rapidamente, dá para dizer o seguinte: quando a Carla Almeida sugeriu uma organização anual sobre a violação dos direitos humanos em Porto Alegre, isso me lembrou, Rubens, que está de pé ali, o relatório azul. Naquela linha do relatório azul, algo assim, com outra cor, para a gente não ficar tão parcializadamente gremista, porque era o relatório azul, mas, enfim, eu acho que haveria consenso nisso. Eu não posso falar pela futura Comissão, Adeli. Eu estou lutando para ficar na Comissão, por enquanto, Carla, acho que ficarei, mas

a composição, eu desconheço, não sei quem serão os vereadores, as vereadoras, não sei. Mas é o encaminhamento que nós faremos. Esse aqui me parece que ele é consensual.

A Sra. Jacqueline está com a palavra.

SRA. JACQUELINE JUNKER FUQUES: O que funcionou muito durante a Copa do Mundo, que eu acho que nós vivemos um momento de (ininteligível.), infelizmente, e que todos aqui trouxeram de alguma forma isso, e que, na época, foi chamado de Patrulha de Direitos Humanos, em que vários grupos, inclusive da Câmara de Vereadores, iam em vários serviços acompanhar e verificar como estavam os serviços funcionando em relação às questões dos direitos humanos. Ex-vereadores daqui foram em abrigos para verificar se esses abrigos estavam realmente respeitando os direitos humanos nos residenciais, se estavam acolhendo bem. Acho que a Câmara, além de legislar, também pode, em alguns momentos, principalmente as comissões, de certa forma, fiscalizar para poder denunciar.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Tu tens razão, eu só quero...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): É o papel da Câmara. E uma coisa não exclui a outra. A fiscalização não exclui a organização de um relatório anual, a fiscalização é uma obrigação permanente. É muito boa a contribuição da Jacque. A Sra. Márcia está com a palavra.

SRA. MÁRCIA DE AVILA BERINI LEÃO: Acho que pode ser chamado, nesse processo de se juntar ao relatório, nós estamos em três presidentes e o Conselho Municipal aqui, é levar para o Fórum Municipal dos Conselhos da Cidade. Nós temos um Fórum Municipal dos Conselhos da Cidade, que reúne os 27 conselhos de Porto Alegre, e eu acho que é um importante instrumento para a

gente conseguir levantar as violações nas mais diversas áreas. Porque nós temos desde o Conselho, por exemplo, da Câmara do Livro, até o Conselho de Patrimônio, o Conselho da Mulher – o Codim, o Comdepa, o Conselho de Direitos Humanos...

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): E a Câmara não quer esvaziar nenhum conteúdo, nenhuma pauta desses conselhos

SRA. MÁRCIA DE AVILA BERINI LEÃO: Não, e não é esvaziar. Eu acho que pode ser um parceiro e potencializar. Porque ali no Fórum dos Conselhos da Cidade a gente consegue reunir os 27 conselhos que já têm, na sua atribuição, também, de pensar alguma forma, apesar de desestruturado, de levantar isso. Então, eu acho que pode ser uma importante iniciativa, que pode ser protagonizada pela Câmara junto com os Fóruns do Conselho, reunindo os 27 conselhos. Claro que contrário ao que a Prefeitura quer, que é acabar com os 27 conselhos.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Problema dela.

A Sra. Carla está com a palavra.

SRA. CARLA ALMEIDA: Eu acho que, quando tu consegues consolidar um documento com essa envergadura, tu tens também uma ferramenta potente de incidência política e que pode subsidiar as razões de advocacia da sociedade civil. Materializa um pouco mais isso. Então, acho que é bem importante.

E, dentro do que a Márcia falou... O relatório azul desse ano tratou mais especificamente sobre a questão da emergência climática, e aí tu podes chamar parceiros para fazer... como as pautas se transversalizam. Nós escrevemos sobre AIDS, na emergência climática, que parecem assuntos tão distantes, mas que, na verdade, se conectam perfeitamente, porque a gente teve mais de 80% dos serviços de saúde da cidade impactados. Então, pensar isso é ver como essas pautas são convergentes também.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Está bem claro e ainda combina com o que a Jacque colocou, que é a fiscalização permanente. E isso até ajuda. A fiscalização, na verdade, retroalimenta. Porque a fiscalização nos traz elementos e os elementos que estão, digamos, no relatório são úteis à fiscalização para ela trabalhar.

Para além disso, o Elton Bozzetto fez, aliás, já em fiscalização também, e a Kerly Ferro fez o registro dos encaminhamentos dos sete banheiros públicos fechados. Foi isso que o Elton registrou. E isso é um dado de fiscalização, também é um dado de relatório, mas a fiscalização é mais imediata, e ela depende até um pouco menos da nossa Comissão, porque depende mais até dos próprios vereadores, de certa forma, que podem atuar até individualmente, ou em grupo, nesse sentido, independentemente da Comissão. Claro que a Comissão é sempre mais forte que qualquer vereador, mas fica anotado esse encaminhamento.

A Sra. Carla Almeida está com a palavra.

SRA. CARLA ALMEIDA: Eu acho que esse projeto a que o pessoal se reportou aqui, que é o projeto de internação humanizada, que, na verdade, é só envernizar a internação compulsória, isso tem que contar como um encaminhamento. Isso é uma coisa muito séria e viola de forma contundente os direitos. A gente sabe quem vai acabar indo para a internação.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Isso, de Carla para Kerly, tem que constar. Eu vi que o Bruno está olhando de um jeito mais ali, mas qualquer observação aí pode fazer, Bruno, fica à vontade. Há também uma ideia... Duas pessoas tinham tocado nesse tema aqui. Primeiro o Cléo, lá da Lomba, o Cleozinho da Lomba, como o chamam, grande militante da Lomba do Pinheiro e das causas em geral da cidade. E depois o Elton. Então os dois falaram nesse tema, entre outros registros que fizeram também, e eu acho que nós temos que lutar, e teremos condições, Adeli, por uma CPI em relação às questões da

Pousada Garoa. Porque – o Hack faz assim com a cabeça, sabe que a Juliana será parceira nesse sentido – nós vamos ter, pela primeira vez – é inacreditável –, 12, então vamos decidir em 12. Não precisamos consultar ninguém nem implorar o apoio de um vereador, de uma vereadora que não seja do nosso campo. Porque a gente passou quatro anos numa situação, Jair, que é um vexame, uma vergonha. Nós tínhamos que pedir assinatura para pessoas que depois iam tirar a assinatura, não quero dar nomes aqui, mas iam tirar a assinatura. Tiraram a assinatura! “Tira minha assinatura, vou dizer que não reconheço”. Poxa vida, agora isso não tem mais, isso não vai ter. Então não é uma questão de qualidade de vereadores, que eu já disse que perdemos muito, mas de números que nos auxiliam bastante, sabendo trabalhar com os mesmos. Então nós teríamos aí a CPI de investigação das questões da Pousada Garoa, e isso vai ter que ter. Isso vai ter que ter, não tem saída. Não tem saída, é inegociável, não tem. Porque isso nem depende da comissão. É um encaminhamento da comissão, mas não depende da comissão. Seja lá qual for a composição, eu não sei se foi para me fazer um terrorismo, para me assustar, mas me disseram que na composição da Comissão de Direitos Humanos, esta CEDECONH, estaria – espero que não seja verdade isso – o Brilhante Ustra aqui. Não acredito nisso. Eu seria o...

VEREADOR ADELI SELL (PT): Pior do que isso, você sabe a importância que tem a Escola do Legislativo na Câmara Municipal. Eu já fui presidente, sou presidente atual. Os dois nomes propostos são o do Ustra ou o do Gringo, ou seja, a Escola do Legislativo da Câmara Municipal. Então vamos, sem fazer terror, como diz o Pedro Ruas, mas atentem para essas questões.

SRA. CARLA ALMEIDA: É um projeto político, não é, gente?

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Nós temos uma decisão já de bloco – PSOL, PT e PCdoB – de não ter relação parlamentar com esse cidadão. Nós não teremos relação com ele. Nunca houve isso. É a primeira vez que há uma

decisão nesse sentido. Não teremos relação parlamentar com ele, de nenhum sentido. Isso é uma coisa... O Comandante Jair Krischke foi de grande, como sempre, utilidade aqui e uma honra tê-lo aqui conosco. Fica à vontade, Jair. E muito obrigado. Também o Elton Bozzetto falou nos migrantes. Acho que nós temos que ter uma atenção especial, porque a legislação não foi implementada. Acho que foi a Pitty quem falou nas campanhas sobre HIV. A Carla falou também. Mas a Pitty também falou. Acho que as duas falaram. HIV, hepatite, sífilis, tuberculose e outras coisas. Mas ela falou em município, Estado e União Federal. esse é um dado importante. E até me penitencio por esse equívoco. Via de regra, eu mesmo não falo em União Federal. As questões políticas ficam dentro da gente. A gente vai meio que...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Não, não, isso aqui não pode ter. Essa partidização. Então nós temos que ter o que a Pitty falou ali. Isso aqui é o que nós tínhamos e temos. Como eu disse, isso aqui não é um processo estanque, é dinâmico. E, por outro lado, de certa forma, ele é inseguro. Porque eu não sei quem será membro desta comissão, sequer eu, que pedi. Pedi bastante. E nós temos alguma força, mas é 1/3 de força que nós temos. Então eu pedi, dentro do bloco, fui aprovado. Dentro dos 12, fui aprovado. Então os 12 vereadores, entre os quais me incluo, obviamente, me indicaram, eu mesmo me indiquei, para ficar aqui na comissão. Então é provável que seja aceito que eu esteja aqui. O que eu não sei são os outros.

SRA. CARLA ALMEIDA: Eu queria só fazer um esclarecimento da questão que a Pitty trouxe e que ela citou os três entes federativos. Eu acho que é importante a gente pensar... Só que, para este ano, pelo menos, a gente teve o governo federal fazendo uma campanha em relação ao Dia Mundial de Luta Contra a AIDS, com todas as dificuldades e os desafios que a gente tem com a gestão municipal. Depois de muito tempo, a gestão... Desculpa, com a gestão estadual.

Depois de muito tempo, a gestão estadual está com uma campanha em alusão ao dia 1º de dezembro, no Dezembro Vermelho, na rua. Uma campanha de mídia, uma campanha de massa que nós viemos há alguns anos solicitando. Mas eu desafio vocês a citarem uma ação alusiva a 1º de dezembro ou uma grande ação que tenha feito o município de Porto Alegre, que é a capital da AIDS, que vive uma epidemia de AIDS generalizada, que tenha feito nos últimos anos. E eu falo isso, gente, porque quero também salientar que dinheiro não falta. Além do recurso fundo a fundo, Porto Alegre recebeu um recurso extra por conta das emergências climáticas para trabalhar especificamente com políticas de HIV-AIDS e tuberculose. Então, acho que é importante a gente falar que, se não existem políticas de AIDS, se não existem políticas públicas que respondam a epidemia de AIDS na cidade de Porto Alegre, é porque existe um projeto de governo que prefere negligenciar essa temática, e é criminoso, porque ela mata as pessoas. A gente está na capital que mais se morre de AIDS neste País. Quem mora aqui em Porto Alegre e tem AIDS tem cinco vezes mais chance de morrer de AIDS do que se morar em qualquer outro lugar do Brasil. E isso é criminoso e tem que ser dito.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Obrigado, Carla. Eu acho, pessoal, que com isso aí, e como eu falei, registrei, nós teríamos outros encaminhamentos e não encerra aqui. Eu só queria saber se esses aqui são um consenso entre nós. (Palmas.) O Ver. Adeli Sell está com a palavra.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Eu peço licença e agradeço ao Pedro. É a minha última reunião aqui nesta comissão. Encerro amanhã a minha atividade parlamentar. Mas já disse para o Pedro que pretendo colaborar com algumas temáticas, e essa da pessoa idosa é uma delas em que eu vou ajudar o Pedro. E, vendo vocês aqui, fico muito feliz de que a sociedade civil está muito forte e, no ano que vem, estarei na sociedade civil, como sempre tive. E é fácil de me encontrar. Estarei no Centro Histórico. O Google dará todos os meus dados,

meus e-mails, meu WhatsApp e tudo. Espero vocês para um cafezinho. Obrigado, Pedro.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Obrigado, pessoal. Obrigado, Ver. Adeli Sell. Obrigado a todas, todos e todos. Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos da presente reunião.

(Encerra-se a reunião às 16h.)

TEXTO SEM REVISÃO